



ELEKTRO

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Companhia Aberta - C.N.P.J. nº 02.328.280/0001-97

Relatório da Administração 2015

Senhores Acionistas,
De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro"), do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

1 Mensagem do Presidente

Com a confiança de que atuamos alinhados à nossa Visão, encerramos o ano de 2015 com motivos para acreditar que estamos no caminho certo. Seremos a empresa de energia elétrica mais admirada do País passa a ser mais que um objetivo; assume o papel de propósito!

Fortalecemos nossas bases para prover aos nossos clientes serviços diferenciados. Nossa rentabilidade mostrou que é possível vencer a crise que o Brasil vive já há algum tempo e mostramos que o ânimo de nossas pessoas é de fato nosso maior diferencial. A Segurança, nosso Valor número um, foi tema prioritário, e em conjunto com as famílias de nossos colaboradores, criamos um sólido alicerce e incentivamos o comportamento seguro.

A participação de todos – líderes, colaboradores e suas famílias – aliada aos constantes investimentos em tecnologia e ao aprimoramento de processos, permitiu encerrarmos o ano cumprindo nossa meta de zero acidente com afastamento. Esse é um marco que nos estimula a manter nosso compromisso com a segurança.

Como signatários do Pacto Global, nossa gestão da sustentabilidade está em constante evolução e segue como prioridade estratégica. Ao longo de 2015, a estruturação da Diretoria de Sustentabilidade e Relações Humanas nos ajudou a aprimorar o direcionamento da estratégia de sustentabilidade. Definimos um ambicioso plano e nos comprometemos a ser, com os mesmos recursos ambientais, financeiros e humanos, quatro vezes mais eficientes até 2020 na comparação com o início de nossa jornada, em 2010. Esses serão de fato dez anos de trabalho de um time apaixonado que está provando que o maior sinônimo de sustentabilidade é eficiência.

Nosso desempenho no período de grandes desafios econômicos também reflete a assertividade da cultura organizacional, fundamentada na Filosofia de Gestão mais moderna e participativa. Ela está diretamente relacionada ao engajamento das pessoas, e nos mostra que ser feliz no ambiente de trabalho impulsiona aprimoramentos constantes nos negócios, agregando valor a todos. Como resultado do compromisso com todos os nossos *stakeholders*, fomos reconhecidos, pela quinta vez pelo *Great Place to Work* e pela *Você S/A* como a Melhor Empresa para Trabalhar no País. Ainda em 2015, o GPTW nos elegeu a Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina em um *ranking* composto por outras 2.294 organizações.

Comemoramos também a conquista do Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Sudeste na categoria Melhor Gestão Operacional e o Selo Pró-Ética, recebido da Controladoria Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos, por estarmos entre as empresas mais comprometidas com a ética no Brasil. Obtivemos ainda em 2015 o título de Empresa mais Sustentável no Setor de Energia e de Empresa Cidadã pelo Guia Exame de Sustentabilidade.

Essas são demonstrações de que, com gestão transparente, qualidade e produtividade, é possível inovar e superar desafios. Nosso propósito nos levou a seguir, mesmo em um ano marcado por instabilidade econômica, com o plano de investimentos para a manutenção e expansão da rede elétrica: foram R\$ 341,6 milhões, incremento de 8,0% em relação ao valor registrado em 2014.

Como concessionária de serviços públicos, investir nos ativos sob nossa gestão é mais do que um dever; é um compromisso com toda a sociedade brasileira, destacado por nosso órgão regulador na 4ª Revisão Tarifária ocorrida em 2015. Durante o processo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) reconheceu a boa gestão dos nossos recursos nos últimos quatro anos. A metodologia utilizada na revisão também representou avanços importantes na estrutura da regulação da distribuição, como o aumento da remuneração do capital (WACC), de 7,50% para 8,09%, e o reconhecimento integral dos investimentos realizados por nós. Isso assegura a estabilidade de regras e o respeito aos contratos, refletindo o elevado nível de eficiência operacional por nosso constante empenho no programa de eficiências operacionais.

Nesse cenário, alcançamos EBITDA de R\$ 831,4 milhões e lucro líquido de R\$ 371,2 milhões, resultados que, em um ano de cenário econômico adverso e redução no consumo de energia, mostram o comprometimento de um time focado na gestão eficiente de recursos e na inovação da operação e da gestão.

Com esse desempenho, 2015 ficará marcado como mais um ano em que superamos desafios e fomos reconhecidos pelos resultados da expansão de nossa Filosofia de Gestão e pela concretização da sustentabilidade – nosso maior legado a toda a sociedade.

Seguiremos com foco na inovação e eficiência alinhadas a uma gestão humanizada, que conta com o apoio e a dedicação dos nossos colaboradores, parceiros comerciais, acionistas e demais públicos que decidiram acreditar, praticar, melhorar e compartilhar o que têm de melhor. Esse é o caminho para sermos a fonte de energia que transformará o mundo em que vivemos.

Marcio Fernandes

Diretor-Presidente da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

2 A Elektro e o Mercado de Capitais

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

Acionista	Composição Acionária em 31/12/2015					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
Participação sobre o total de ações		47,42%		52,58%		100,00%

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Artigo 193 § 1º da Lei 6.404/76.

3 Relações com Investidores

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* ri.elektro.com.br, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

4 Ambiente Econômico

A economia global em 2015 viveu períodos de alta volatilidade, sobretudo nos mercados emergentes. No Brasil, o cenário foi desafiador, em um ambiente inflacionário, atrelado ao recuo da atividade industrial e avanço na taxa de desemprego.

As incertezas políticas e econômicas do ambiente brasileiro atual desfavoreceram a retomada do crescimento do país. Como forma de mitigar os efeitos causados por esta instabilidade econômica, foram implementadas ações de tentativa de ajuste fiscal para reequilibrar as contas públicas e elevação dos juros, visando a recuperação do nível de confiança da economia brasileira.

O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros (SELIC) ao longo de 2015, atingindo o patamar de 14,25%, que se mantém desde julho de 2015. Já o Conselho Monetário Nacional (CMN) elevou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal indexador de empréstimos do BNDES, de 6,0% para 7,0% ao ano. A partir de janeiro de 2016, a TJLP passou a vigorar em 7,5% ao ano.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou 10,54% a.a. no acumulado de 2015, incremento de 6,86 p.p., quando comparado com o mesmo período de 2014. Com relação ao Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador apresentou inflação de 10,67% a.a., variação positiva de 4,27 pontos percentuais sobre o encerramento de 2014. Para ambos os índices, a inflação medida no acumulado de 2015 decorre principalmente do aumento de preços livres e administrados, em destaque para alimentação, bebida e serviços.

A moeda brasileira fechou o ano de 2015 com desvalorização de 47,01% frente ao dólar norte-americano e foi cotada a R\$ 3,9048/US\$ em 31 de dezembro de 2015.

Para o comércio exterior brasileiro, segundo apuração do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), o saldo acumulado da Balança Comercial em 2015 foi um superávit de US\$ 19,7 bilhões, superando o déficit alcançado em 2014, de US\$ 3,9 bilhões. Ao longo do ano de 2015, as exportações somaram US\$ 191,1 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 171,4 bilhões. Apesar da queda das exportações, o recuo mais acentuado das importações garantiu um saldo comercial positivo.

Até o terceiro trimestre de 2015, o PIB do país recuou 3,2%, resultado da retração de setores com forte influência nos investimentos totais da economia do Brasil, tais como automobilístico, linha branca, construção civil e agropecuária.

Em setembro de 2015, a agência de classificação de risco Standard & Poor's baixou o *rating* soberano brasileiro. Posteriormente, em dezembro de 2015, a Fitch Ratings fez seu segundo rebaixamento à nota de crédito de longo prazo do Brasil, passando de BBB- para BB+, quando o país deixou de ser grau de investimento. E, em fevereiro de 2016, a Standard & Poor's fez novo rebaixamento ao *rating* soberano do país, que passou a ser BB. Para ambas as agências, os rebaixamentos decorrem do elevando endividamento público e de incertezas e riscos nos âmbitos econômico, fiscal e político.

Em 2015, o Brasil atraiu cerca de R\$ 75,1 bilhões em Investimento Direto Estrangeiro (comparado a R\$ 96,9 bilhões em 2014), demonstrando que o país ainda mantém a atratividade para os investidores estrangeiros.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	2015	2014	Variação
	Taxa de Câmbio R\$/US\$ ^(*)	3,9048	2,6562
Valorização/(desvalorização) cambial - Real em relação ao Dólar	-47,01%	-13,39%	-33,62 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	10,54%	3,69%	6,85 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	10,67%	6,41%	4,26 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	13,24%	10,84%	2,4 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	6,38%	5,12%	1,26 p.p.

(*) Cotação no encerramento do período.

5 Cenário do Setor Elétrico e Ambiente Regulatório

Desde 2013, a ANEEL tem anunciado medidas para minimizar os impactos financeiros às distribuidoras, causados pela estiação e pelos atrasos da entrada em operação de novas usinas geradoras.

Dentre as medidas anunciadas, destaca-se a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em dezembro de 2014, a partir do qual os custos adicionais com a compra de energia, bem como os demais itens de Parcela A, passaram a ser contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia, refletindo, assim, sua real situação econômica. Relativos a estes itens, foram contabilizados R\$ 562,4 milhões em 2015 e R\$ 399,7 milhões em 2014, conforme detalhado no item 7 deste relatório.

Outro fator relevante que contribuiu para a maior estabilidade financeira do setor foi a aprovação de um montante adicional de repasses governamentais na modalidade de empréstimos, firmados junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) por meio da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) com participação de instituições financeiras. Em 2015, a Elektro recebeu adicionais R\$ 54,5 milhões (em março de 2015), referente às competências de novembro e dezembro de 2014, totalizando R\$ 1,12 bilhão recebido destes recursos entre 2014 e 2015, conforme detalhado no item 5.4 deste relatório.

Outras duas medidas anunciadas pela ANEEL, que também contribuíram para minimizar o impacto de elevações do custo de energia na caixa das distribuidoras, foram (i) a implementação das Bandeiras Tarifárias e (ii) a Revisão Tarifária Extraordinária.

As Bandeiras Tarifárias foram implementadas a partir de janeiro de 2015 e têm como objetivo sinalizar ao consumidor, por meio de tarifas diferenciadas, o custo efetivo com a geração de energia e, ainda, por meio deste sinal econômico, estimular o uso consciente de energia, minimizando os efeitos dos reajustes tarifários anuais. O mecanismo de funcionamento das Bandeiras Tarifárias é detalhado no item 5.5 deste relatório.

A Revisão Tarifária Extraordinária, com efeitos a partir de março de 2015, tem o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia, tendo em vista o aumento de encargos de CDE e dos custos de geração de energia. O detalhamento da Revisão Tarifária Extraordinária está descrito no item 5.2 deste relatório.

5.1. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos.

A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definitiva para o 4º ciclo de revisões tarifárias possibilitou a elevação do WACC (líquido de impostos) de 7,50% (no 3º ciclo de revisões tarifárias) para 8,09% e representou avanços importantes na estrutura da regulação de distribuição, contribuindo para a consolidação do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro, assegurando a estabilidade de regras e o respeito aos contratos, por meio de um processo transparente e participativo.

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Base de Remuneração Regulatória (BRR); Custo de Capital - WACC; Fator X; Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, a qual resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%.

Este resultado refletiu, de forma positiva, o elevado nível de eficiência operacional da Elektro, conquistado ao longo dos últimos quatro anos, com a implantação de um modelo de gestão baseado na busca constante de eficiências, por meio de inovações e melhoria contínua de processos, que acarretou no reposicionamento da Elektro no modelo de *benchmarking* regulatório (94% no 4º ciclo, contra 69% no 3º ciclo), com o consequente reflexo em maior cobertura tarifária de seus custos operacionais. Nesta Revisão, a Elektro também obteve o reconhecimento integral de seus investimentos realizados durante o último ciclo tarifário, resultado de mudanças nos processos de planejamento, execução, apontamento, capitalização e ativação de obras, bens e serviços, em implantação desde 2009 e concluído neste ciclo. Estas mudanças, fundamentalmente baseadas no uso de novas tecnologias, em campo e no *back office*, e no apontamento de horas das equipes operacionais, através de dispositivos integrados aos sistemas técnicos e transacionais, foram cruciais para obtenção de integral reconhecimento tarifário dos investimentos realizados.

5.2. Revisão Tarifária Extraordinária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico e financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, o preço praticado no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a Elektro solicitou uma RTE de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa, a qual foi aprovada em 2 de março de 2015, com índice médio de 24,25% para seus consumidores.

5.3. Decretos nº 7.891/13, nº 7.945/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14

Em 2013, o Governo Federal, dentre outras medidas, emitiu os Decretos nº 7.891 e nº 7.945, que incluíram a possibilidade de repasses de recursos da CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo e cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas.

Em março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203, que alterou o Decreto nº 7.891/13. O novo decreto possibilitou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes, realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, foi de R\$ 100,2 milhões.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR com o objetivo de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade de disponibilidade.

Além disso, esse Decreto normatizou o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução nº 612/14 e, em 22 de abril de 2014, o Despacho nº 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014, foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR - Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$ 11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. Os custos cobertos por essa operação foram parcialmente suficientes e compreenderam o período de fevereiro a outubro de 2014, no montante de R\$ 963,2 milhões, recebido até dezembro de 2014.

Em março de 2015, foi celebrado um novo contrato para a terceira parcela do empréstimo, para cobertura dos custos de novembro e dezembro de 2014, no valor de R\$ 3,4 bilhões com prazo de amortização de 54 meses e taxa de CDI + 3,15% ao ano. Este novo contrato também alterou as duas operações anteriores, postergando o vencimento de outubro de 2017 para abril de 2020 e ajustou a taxa de juros antes fixada em CDI + 2,525% ao ano para CDI + 2,90% ao ano. Ainda, em março de 2015, através do Despacho ANEEL nº 773/15, a Elektro recebeu o montante de R\$ 54,5 milhões para cobertura dos custos incorridos no período de novembro e dezembro de 2014.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto aos bancos. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Elektro não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esse contrato.

Em 2015, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu reajuste ou revisão tarifária, para que a CCEE pudesse liquidar seu compromisso junto aos bancos. Desta forma, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento na tarifa equivalente a R\$ 26 milhões por mês que será repassado à CCEE no período de agosto de 2015 até fevereiro de 2020. Este valor será atualizado para os exercícios posteriores. Até dezembro de 2015, a empresa realizou pagamentos no montante de R\$ 104,0 mil.

Em julho de 2015, a Associação Brasileira de Consumidores de Energia (ABRACE) questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Após a abertura da Audiência Pública nº 057/15, a diretoria da ANEEL em reunião realizada em 25 de setembro de 2015 fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, e as publicou por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967/15, cuja aplicação deveria ser retroativa a 3 de julho de 2015, a fim de dar cumprimento à ordem judicial.

Como esse impacto na arrecadação prevista para o encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes para a CDE de cada distribuidora, e para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a ABRACE ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE o montante de R\$ 2,5 milhões, que deixou de ser faturado devido à liminar da ABRACE.

Para a diferença entre o valor original da cota de CDE e ao faturado pela empresa até a data de 11 de dezembro de 2015 foi constituída uma CVA, que será contemplada no próximo reajuste tarifário de 2016, conforme cláusula prevista no contrato de concessão.

5.4. Contas a Receber Eletrobrás

Conforme Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deve suportar os subsídios tarifários relativos aos descontos concedidos na tarifa pelas Distribuidoras de Energia Elétrica, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro de seus contratos de concessão. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras ocorre através de repasses operacionalizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Como a Elektro não vinha recebendo da Eletrobrás a integralidade dos repasses dos valores de subsídios, e em contrapartida vinha recolhendo normalmente sua cota mensal à CDE, em 6 de agosto de 2015 a Companhia ingressou em Juízo e obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos devidos à CDE os valores não repassados pela Eletrobrás e já vencidos, o que gerou um benefício de caixa em 2015 no montante de R\$ 211,4 milhões.

5.5. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL a cada mês em despachos, tendo entrado em vigor a partir de janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Nos meses de janeiro e fevereiro os valores acrescidos pelas bandeiras amarelas e vermelhas foram R\$ 15/MWh e R\$ 30/MWh e, a partir de 2 de março, foram atualizados para R\$ 25/MWh e R\$ 55/MWh, respectivamente. Em 28 de agosto de 2015 foi aprovada pela ANEEL, através da Audiência Pública nº 053/2015, a redução do valor de bandeira vermelha de R\$ 55/MWh para R\$ 45/MWh, a ser aplicada a partir de 1º de setembro de 2015. Já em janeiro de 2016, foi aprovada pela ANEEL na Audiência Pública nº 081/2015, a criação de dois patamares para a bandeira vermelha e a redução do valor da bandeira amarela. Com isso, os valores finais determinados foram de R\$15/MWh para bandeira amarela, R\$30/MWh para bandeira vermelha patamar 1 e R\$45/MWh para bandeira vermelha patamar 2, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2016. Desde sua aplicação inicial, perdurou o regime de bandeira vermelha.

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), cuja função é centralizar o recolhimento dos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias e apurar qual a diferença entre este total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição. De posse dessas informações, é feito um rateio para equalizar entre todos os agentes o efeito desta arrecadação. Em 2015, após rateio da CCRBT, o montante a ser recebido antecipadamente pela Elektro era R\$ 539,0 milhões via aplicação das Bandeiras Tarifárias, sendo R\$ 557,0 milhões recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensados pelo pagamento à CCRBT no montante de R\$ 18,0 milhões.

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias, de maneira complementar a Revisão Tarifária Extraordinária, tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de reajuste tarifário.

6 Desempenho Comercial

6.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

No ano de 2015 a Elektro forneceu 12.537 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando uma redução no consumo de 2,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12.917 GWh). Já a redução do consumo dos clientes livres da sua área de concessão foi de 9,7%. Deste modo, o mercado total decresceu 4,5%.

A classe industrial cativa apresentou redução de consumo de 3,7% em 2015, quando comparada ao ano anterior, principalmente pelo cenário econômico adverso. Considerando a totalidade dos clientes industriais nos mercados livre e cativo, a redução do consumo foi de 6,0% na comparação de igual período do ano anterior. Esta variação, apesar de negativa, foi menos acentuada que o movimento econômico nacional, que, segundo os dados da Produção Industrial do IBGE, apresentou redução de 8,3% em 2015.

Com o fechamento do ano, o consumo na classe residencial apresentou redução de 2,8%, principalmente pelos fatores (i) retração do mercado de trabalho e consequente diminuição de renda, (ii) programa de uso consciente da energia elétrica e (iii) efeito de reajustes das tarifas.

A redução no consumo de 8,9% na classe rural no ano é resultado do aumento do volume de chuvas verificado ao longo do ano de 2015 (que implica na redução do uso do sistema de irrigação).

A classe de serviços públicos apresentou redução de 3,9% no consumo do ano de 2015. O impacto negativo deve-se a redução do consumo dos clientes responsáveis pelo bombeamento de água, que desde março de 2014, vem diminuindo o volume de operação em função do baixo nível dos reservatórios, ainda não estabilizados aos níveis históricos, mesmo com o aumento no volume de chuvas no período.

No mês de dezembro de 2015, a Elektro ultrapassou os 2,5 milhões de clientes atendidos através de 64 mil novas ligações no ano, representando incremento de 2,6% em relação a 2014. No mercado livre, a Elektro faturou 124 clientes contra 117 faturados do ano anterior. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, consequentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica, foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.

6.2. Contratos de Compra de Energia

Pelo atual marco regulatório a contratação de energia pelas distribuidoras, ocorre principalmente através de leilões regulados pela ANEEL. Para suprir parte do mercado de 2015 e dos próximos anos, a Elektro participou dos seguintes leilões:

- 14º Leilão de Energia Existente A-1 ocorrido em 5 de dezembro de 2014, com a aquisição de 27,96 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2015;
- 18º Leilão de Ajuste, ocorrido em 15 de janeiro de 2015 com a aquisição de 51,3 MWmed, sendo 4,5 MWmed com período de suprimento de 1º de janeiro a 31 de março de 2015 e 46,7 MWmed com período de suprimento de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015; e
- 3º Leilão de Fontes Alternativas, ocorrido em 27 de abril de 2015, com aquisição de 0,41 MWmed e início de suprimento a partir de 1º de julho de 2017.

Em 2015, o suprimento de energia (em GWh) para a Elektro foi realizado (i) 58,3% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 20,3% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 2,6% decorreram de compras no mercado spot, (iv) 2,1% de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e (v) 16,7% provenientes de outras fontes, tais como Contratos de Cotas decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13 e também por compra de energia de Geração Distribuída.

Com a alocação de novas cotas de garantia física a partir de julho de 2015 e a queda do mercado de energia neste ano, a Elektro, que ao longo do ano apresentou insuficiência contratual, encerrou o ano com 100,97% das necessidades de energia contratada, portanto, dentro do limite para repasse integral às tarifas.

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

–* **continuação**

Relatório da Administração 2015

7 Resultado

A Receita Operacional Bruta da Elektro registrou R\$ 9,6 bilhões em 2015, com incremento de 48,1%, quando comparado com 2014 (R\$ 6,5 bilhões). As variações observadas devem-se principalmente a:

- (i) Reajuste tarifário aplicado a partir de 27 de agosto de 2014, cujo efeito médio percebido pelo consumidor é um incremento de 37,78% nas tarifas praticadas;
- (ii) Revisão extraordinária nas tarifas aplicadas a partir de 02 de março de 2015, com incremento médio percebido pelo consumidor de 24,25%; e
- (iii) Revisão Tarifária a partir de 27 de agosto de 2015, com reajuste médio aplicado nas tarifas de 4,20%.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela queda de 4,5% no mercado em relação ao ano anterior, considerando o total da área de concessão. Esta queda foi motivada, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) retração do mercado de trabalho e consequente diminuição de renda, (ii) desaceleração da produção industrial, (iii) programa de incentivo ao uso consciente de energia e (iv) efeitos do reajuste das tarifas sobre o consumo.

Outra variação importante decorre da reclassificação, em dezembro de 2015, da marcação a mercado do ativo financeiro indenizável para a linha de Receita Operacional (especificamente Outras Receitas), no valor de R\$ 74,0 milhões (anteriormente registrada como receita financeira). Para fins de comparação, os resultados de 2014, no montante de R\$ 11,7 milhões, também foram reclassificados.

A variação de R\$ 62,3 milhões entre os períodos deve-se ao efeito dos indexadores sobre o saldo a receber ao final da concessão, que apresentaram uma expressiva evolução, passando de 3,69% para 10,54% (IGP-M) e de 6,41% para 10,67% (IPCA). As deduções às Receitas Operacionais evoluíram de R\$ 1.704,4 milhões em 2014 para R\$ 3.479,1 milhões em 2015, registrando aumento de 104,1%. Esta variação deve-se, principalmente, aos reajustes no encargo de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que passou a incorporar os aumentos requeridos (i) para recomposição do Fundo, utilizado nos anos de 2013 e 2014, e (ii) para que as distribuidoras pudessem repassar à CCEE os valores necessários para a amortização dos empréstimos (Contratos de Financiamento da Operação ACR), fechados ao longo de 2014 e 2015. Ressalta-se que esta variação está compensada nas linhas de Venda de Energia a Clientes Finais e Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, tendo efeito neutro no resultado.

Em 2015 também houve o recebimento de R\$ 539,0 milhões via o mecanismo de bandeiras tarifárias, antecipando o recebimento, em caixa, de variações em relação aos valores previstos em tarifa, que seriam apenas revertidos para a Companhia na medida em que fossem faturados, nos 12 meses subsequentes ao reajuste tarifário, a partir de Agosto de 2015. Ressalta-se que, por se tratar de uma antecipação de Valores a Receber de Parcela A (CVA), seu efeito é neutro no resultado. Com isto, a Receita Operacional Líquida cresceu 16,8%, passando de R\$ 4.774,5 milhões para R\$ 5.578,7 milhões em 2015 (R\$ 804,2 milhões). Caso o mercado apresentasse crescimento, esta evolução seria mais acentuada. O Custo da Energia Comprada para Revenda registrou um incremento de 23,6% (R\$ 709,6 milhões) frente aos custos de 2014, uma vez que, em 2015, não ocorreram repasses governamentais via recursos da CDE ou Conta ACR nos moldes realizados em 2014, quando foram transferidos R\$ 1.063,3 milhão em recursos na forma de reduztores dos custos de energia. Outro efeito desta variação decorre da elevação do custo da energia comprada de Itaipu após desvalorização do Real, dado que esta compra está atrelada ao dólar americano (efeito temporal e que será compensado pela cobertura tarifária no próximo reajuste tarifário, em agosto de 2016). Para fins de comparação, se as transferências governamentais de 2014 não fossem consideradas, o custo de energia do período naquele ano somaria R\$ 4,0 bilhões. Deste modo, a variação real no custo de energia em 2015 frente a 2014, apresentaria uma redução de 8,7% (-R\$ 353,9 milhões), consequência de maior recebimento de contratos de cotas em 2015, que apresentam tarifas médias mais baixas. Em ambos os exercícios, as variações dos custos efetivos em relação à cobertura tarifária estão devidamente reconhecidas como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, se recebidos via tarifa, ou como Deduções por Bandeiras Tarifárias, se recebidos via este mecanismo, mas sempre com efeito neutro na Margem Líquida da Companhia.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 819,0 milhões em 2015 frente a R\$ 714,2 milhões de 2014. A variação de R\$ 104,9 milhões decorre, principalmente, de três fatores:

- (i) Aumento das Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa, no montante de R\$ 42,2 milhões, passando de 0,7% sobre o faturamento bruto para 0,9% em 2015. Este incremento reflete o efeito da elevação das tarifas, combinado a uma conjuntura econômica adversa, que vem afetando o poder aquisitivo e a capacidade de pagamento dos clientes, cujos impactos têm sido suavizados pelas assertivas ações de cobrança conduzidas pela Companhia;
- (ii) Incremento de 10,1% (R\$ 26,6 milhões) das despesas com pessoal, passando de R\$ 264,8 milhões para R\$ 291,4 milhões em 2015, refletindo o repasse inflacionário do período;
- (iii) Elevação de 8,4% (R\$ 36,1 milhões) das despesas gerenciáveis (materiais, serviços de terceiros e outras), representando um repasse parcial da inflação, decorrente de uma gestão de recursos eficiente e comprometida com a melhoria contínua de processos. O EBITDA encerrou o período em R\$ 831,4 milhões, com redução de R\$ 73,1 milhões em relação ao EBITDA de 2014 (R\$ 904,5 milhões). Esta involução deve-se fundamentalmente à queda no mercado, que não é perceptível em função das alterações, que resultaram na elevação da Receita Operacional Líquida. De forma a minimizar os impactos da redução do mercado e preservar seu equilíbrio econômico e financeiro, a Elektro manteve uma gestão operacional focada na eficiência de recursos, buscando atenuar estes efeitos.

No período, a Elektro apresentou Despesa Financeira de R\$ 150,1 milhões, 28,6% acima do ano anterior (R\$ 116,7 milhões). Esta variação de R\$ 33,4 milhões deve-se basicamente às despesas com juros sobre empréstimos de terceiros após elevação dos indexadores sobre o endividamento da Companhia, suavizado pela maior receita de aplicações financeiras e encargos sobre conta de energia elétrica em atraso. Durante o ano, a Elektro continuou com sua gestão de caixa prudente, visando assegurar sua liquidez financeira, garantindo a estabilidade do negócio e mantendo o nível adequado de investimentos.

Considerando os fatores acima mencionados, a Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 371,2 milhões em 2015, comparado ao resultado de 2014 de R\$ 439,0 milhões.

7.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 30 de abril de 2015, a Elektro efetuou o pagamento de R\$ 333,8 milhões relativos a dividendos anuais e dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2014, aprovado previamente na Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2015. Este montante já está deduzido dos valores de dividendos intermediários (R\$ 12,7 milhões) e juros sobre capital próprio (R\$ 94,1 milhões) pagos em 2014.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de julho de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$ 184,5 milhões, com base no resultado apurado no primeiro semestre de 2015. O pagamento foi efetuado em três parcelas, sendo em 31 de agosto, 30 de outubro e 30 de dezembro de 2015.

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 27 de outubro de 2015, foi aprovada a distribuição aos acionistas de Juros sobre Capital Próprio para o exercício social de 2015, no montante de R\$ 115,6 milhões, pago em 28 de janeiro de 2016.

8 Estrutura de Capital

A Elektro encerrou 2015 com endividamento líquido de R\$ 1.939,3 milhão (19,9% além da posição encerrada em 31 de dezembro de 2014, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.617,2 milhão), resultado do endividamento total de R\$ 2.728,7 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 789,4 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 20% do endividamento total.

Ao longo de 2015 foi liberado o montante de R\$ 58,9 milhões referente ao contrato de financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil, firmado em dezembro de 2013 na modalidade FINEM, de um total de R\$ 348,4 milhões destinados à implantação do Plano de Investimentos 2013-2014, com prazo de financiamento de 10 anos e carência de 2 anos.

Em fevereiro de 2015, a Companhia alongou por 19 meses o prazo de vencimento do financiamento em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131), contratado em junho de 2014 junto ao Citibank, no montante de R\$ 150,0 milhões. O prazo inicial que era junho de 2016 passou para janeiro de 2018 e as taxas de juros foram mantidas as mesmas aplicadas no contrato original.

Em março de 2015, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Companhia contratou duas novas linhas de financiamento denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 300,5 milhões, com o prazo de vencimento de 3 anos, sendo R\$ 187,5 milhões junto ao Banco Mizuho e R\$ 113,0 milhões com o Banco de Tokyo. Os pagamentos dos juros ocorrerão trimestralmente para ambas contratações, enquanto os pagamentos do principal acontecerão a partir de março de 2017, sendo anual para o Banco Mizuho e trimestralmente para o Banco de Tokyo, com custo médio final de 93,6% do CDI.

Em maio de 2015, a Companhia alongou por 24 meses o prazo de vencimento do financiamento em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131), contratado em junho de 2014 junto ao Banco de Tokyo, no montante de R\$ 100,0 milhões. O prazo inicial que era junho de 2016 passou para junho de 2018 e a taxa reduziu de 103% do CDI para 100,5% do CDI.

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado das operações da Lei nº 4.131, foram contratadas operações de swap com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Em dezembro de 2015, também foi liberado o montante de R\$ 110,0 milhões, referente ao novo contrato de financiamento junto ao BNDES, firmado em 17 de dezembro de 2015 na modalidade FINEM, de um total de R\$ 258,2 milhões, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2015-2016 com prazo de financiamento de 8,5 anos e carência de 19 meses.

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2015, a Elektro também assinou contrato com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no valor de até EUR 150 milhões e prazo de até 11 anos, cujo crédito está disponível para saque a ser realizado conforme realização do investimento e necessidade da Companhia. O contrato tem por objetivo apoiar os investimentos para os anos de 2015 a 2017 de modernização e ampliação da rede de distribuição de energia da Elektro.

A Companhia, nos últimos 12 meses, incrementou a alavancagem de 42,1% para 49,7%, ainda assim, mantendo uma composição adequada entre capital próprio e de terceiros com endividamento a taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

Modalidade		Indexador	
Debêntures	39,5%	CDI	49,7%
Linha 4.131¹	27,9%	IPCA	29,5%
BNDES Finem/Finame	17,1%	TJLP	17,4%
BEI¹	11,3%	RGR	2,1%
Eletrobras	2,1%	Pré-fixado²	1,3%
Finep	1,5%		
Arrendamento mercantil	0,5%		
	100,0%		100,0%

¹ Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de *swap* para CDI.

² Considera recursos da FINEP sem indexação.

8.1. Covenants

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131) com os bancos HSBC, Mizuho e Banco de Tokyo.

Em 31 de dezembro de 2015, o *covenant* Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido, existente em contrato firmado com o BNDES, foi de 0,95 contra um teto estabelecido de 2,5. O indicador EBITDA sobre Despesa Financeira, registrou 5,98 contra um limite mínimo de 2,0. Já o *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA foi de 2,25 de acordo com a definição das Escrituras de Emissões de Debêntures e empréstimos em moeda estrangeira via instrumento de Lei nº 4.131, e de 2,19 conforme definição constante no contrato do BNDES, contra um limite máximo de 3,0.

9 Classificação de Risco

Em 9 de setembro de 2015, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) rebaixou o crédito soberano do Brasil, de 'brBBB-' para 'brBB+', que deixou de ser grau de investimento e, em 17 de fevereiro de 2016, a S&P rebaixou pela segunda vez o crédito soberano do país para 'brBB-'.

Como consequência direta, em 10 de setembro de 2015 e 17 de fevereiro de 2016, a S&P reavaliou o *rating* de crédito corporativo da Elektro de 'brAAA' para 'brAA+' e depois para 'brAA-'. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus ratings reavaliados para 'brAA-'.

Com esta nota, a Elektro continua apresentando o melhor *rating* possível que uma empresa regulada poderia ter na escala de crédito nacional.

10 Política de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

A Elektro mantém contrato de operação de swap vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013.

Adicionalmente, são mantidos R\$ 700,5 milhões em contratos de swap vinculados a financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131). Deste total, R\$ 300,5 milhões referem-se a duas novas contratações realizadas em março de 2015 junto ao Banco de Tokyo e ao Mizuho, com início e vencimento nas mesmas datas dos contratos de financiamento.

O swap tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia e devidamente reconhecidos como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

11 Fluxo de Caixa

Em 2015, a geração líquida de caixa da Elektro foi de R\$ 206,5 milhões, incremento de R\$ 95,4 milhões sobre a geração de caixa observada durante o ano de 2014.

A Geração de Caixa Operacional após impostos e juros somaram R\$ 657,3 milhões em 2015 (R\$ 526,4 milhões acima do resultado registrado em 2014), reflexo do aumento na Receita Operacional Bruta em função de (i) Reajuste Tarifário em agosto de 2014, (ii) Revisão Tarifária Extraordinária em março de 2015, (iii) Revisão Tarifária de agosto de 2015 e (iv) entrada em operação das Bandeiras Tarifárias a partir de janeiro de 2015.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) maior consumo de caixa nas atividades de investimento (R\$ 85,9 milhões), como consequência ao aumento de novas ligações na rede elétrica e à expansão de subestações e (ii) menor geração de caixa nas atividades de financiamento, com captações em 2015 R\$ 82,4 milhões inferiores a 2014 (mais detalhes no Item 8 - Estrutura de Capital).

A geração de caixa da Companhia também foi impactada pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 518,3 milhões, R\$ 262,7 milhões acima do valor pago no ano anterior em decorrência do maior resultado apurado no exercício de 2014, quando comparado com o ano de 2013.

12 Investimentos e Modernização

Em 2015, a Elektro investiu R\$ 353,3 milhões, dos quais R\$ 11,7 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes.

Este montante representa um aumento de 8% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 325,6 milhões, dos quais R\$ 9,4 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes). Ressaltamos que os investimentos realizados estão de acordo com o planejamento anual da Companhia e referem-se a realizações de obras de expansão de redes, buscando o atendimento das necessidades de nossos clientes, bem como a manutenção da qualidade na distribuição de energia elétrica nos padrões elevados que são priorizados pela Elektro.

Os destaques do programa de investimentos foram:

i. R\$ 298,7 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: a. R\$ 169,8 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão; b. R\$ 71,2 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico; c. R\$ 41,9 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota; d. R\$ 15,8 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas.

ii. R\$ 42,9 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma: a. R\$ 39,3 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e b. R\$ 3,6 milhões referentes a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 175 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

Os investimentos realizados ao longo de 2015 foram superiores aos de 2014, refletindo o nível adequado de investimentos da Elektro para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

13 Desempenho Operacional

13.1. DEC e FEC

A Elektro tem forte compromisso com a eficiência e continua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por consumidor) anualizado em dezembro de 2015, apresenta ligeira variação em relação ao indicador anualizado em dezembro de 2014, influenciado pela ocorrência de diversas tempestades com chuvas, ventos e descargas atmosféricas ocorridas no último trimestre de 2015. As atipicidades climáticas verificadas foram causadas pelo fenômeno atmosférico El Niño que afetou a América do Sul no final de 2015. O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em dezembro de 2015, apresenta melhora em relação ao indicador anualizado em dezembro de 2014, e é o melhor resultado da história da Elektro. Este indicador está relacionado diretamente a robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, e pela política de investimentos em melhoria que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica. Em dezembro de 2015 o DEC anualizado registrou 8,50 horas e o FEC 4,70 interrupções, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

13.2. Perdas

Em dezembro de 2015 as perdas de distribuição apresentaram ligeira elevação quando comparadas ao mesmo período de 2014, registrando índice de 6,99% em função, principalmente, da redução do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico de alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão (classes residencial e comercial).

Desde setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) contabiliza perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 1,80% em dezembro de 2015. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de dezembro de 2015 seria de 8,79%.

Notas:

(i) A partir deste Relatório, Companhia passou a publicar o Índice de Perdas apurado segundo metodologia utilizada pelo Agente Regulador (ANEEL), considerando a relação direta com os resultados operacionais, bem como a possibilidade de comparação com referenciais amplamente empregados no setor elétrico. A Administração entende que este método de cálculo é mais apropriado para demonstrar o desempenho do indicador de Perdas.

(ii) Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de dezembro de 2015 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados.

(iii) O método de cálculo das perdas considera uma média móvel de 12 meses.

(iv) Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde setembro/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas em dezembro/15 da Elektro seria de 8,79%.

14 Meio Ambiente

No desempenho das atividades operacionais, a Elektro contempla a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2015, destinou R\$ 68,1 milhões em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

15 Reconhecimento

Prêmio Prever: Em 06 de março de 2015, a Elektro recebeu de uma das instituições mais expressivas do setor de segurança da Europa, o Prêmio PREVER 2014, concedido pelo Conselho Geral de Relações Industriais e Ciências do Trabalho. Fomos vencedores na categoria Internacional, e a premiação acontece anualmente desde 1998, revelando empresas destaques na melhor gestão de prevenção de riscos de segurança no trabalho. Ao todo são cinco categorias de classificação, sendo: Individual, Prêmios Especiais, Responsabilidade Social e Prevenção de Riscos no Trabalho, Negócios e Instituição e Internacional.

A Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina: No dia 6 de maio de 2015, a Elektro foi eleita a Melhor Empresa para Trabalhar da América Latina pelo Great Place to Work, em um ranking composto por outras 2.294 empresas, sendo 51 delas brasileiras. A pesquisa avaliou os mesmos dados da pesquisa de clima organizacional realizada pelo instituto anualmente, quando a Elektro recebeu o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar do Brasil em 2013 e 2014.

Top Of Mind de RH: No mês de julho de 2015, a Elektro foi uma das cinco empresas eleitas na categoria Benefícios Corporativos pelo ranking Top Of Mind de RH. O prêmio identifica e reconhece as empresas e os profissionais mais lembrados pela comunidade de Recursos Humanos.

Prêmio Abradee 2015: No dia 15 de julho de 2015, a Elektro conquistou o Prêmio Abradee 2015 como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica nas categorias Região Sudeste, pela 9ª vez, e Gestão Operacional, pela 10ª vez. A premiação anual, realizada pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, é um reconhecimento às distribuidoras que mais se destacaram no cenário nacional. Ao longo de suas 17 edições, a Elektro ganhou 27 troféus do Prêmio Abradee em diversas categorias, sendo sete deles de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País.

Melhores Empresas para Trabalhar 2015: No dia 17 de agosto de 2015, na 19ª edição do prêmio Melhores Empresas para Trabalhar do Brasil, a Elektro foi eleita pela 5ª vez a Melhor Empresa para Trabalhar do Brasil, sendo a terceira vez consecutiva (2013, 2014 e 2015) pela pesquisa Great Place to Work.

Melhor Empresa para se Trabalhar no Setor de Energia: Em 19 de outubro de 2015, a Elektro foi eleita a Melhor Empresa para se Trabalhar do Setor de Energia pelo Guia Você S/A, com a nota mais alta da premiação, 96,7 pontos, referentes ao Índice de Felicidade no Trabalho. A pesquisa é realizada em parceria com a FIA (Fundação Instituto de Administração) e, nesta mesma ocasião, a empresa também foi consagrada com o prêmio de Destaque em Estratégia e Gestão.

Selo "Empresa Pró Ética": Em 9 de novembro de 2015, a Elektro foi uma das 19 empresas brasileiras, dentre 139 candidatas, a ser contemplada com o selo em questão, como um reconhecimento da Controladoria Geral da União (CGU) de seu comprometimento com a difusão de princípios éticos e de integridade corporativa, bem como pela existência de controles efetivos de combate à corrupção.

Medalha de Prata Eloy Chaves: Em 16 de dezembro de 2015, a Elektro recebeu a Medalha de Prata Eloy Chaves, premiação promovida pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), que tem como objetivo reconhecer as empresas do setor elétrico que, durante o último ano, se destacaram na prevenção de acidentes. Este é o prêmio mais importante no setor elétrico com relação à manutenção do ambiente de trabalho seguro.

16 Informações sobre Serviços da Empresa de Auditoria Independente da Elektro

Os seguintes serviços relacionados à auditoria externa foram prestados em 2015:

Em 25 de agosto de 2014 foi contratado o serviço de procedimentos acordados sobre as Demonstrações Financeiras Regulatórias de 2014. O prazo de contratação foi inferior a 1 ano.

• Em 25 de agosto de 2014 foi contratado o serviço de procedimentos acordados sobre o Relatório de Controle Patrimonial de 2014 visando atender as orientações e determinações apresentadas pela ANEEL. O prazo de contratação foi inferior a um ano.

• Em 21 de maio de 2014 foi contratado o serviço de procedimentos acordados sobre os Programas de P&D e Eficiência Energética (Resoluções 316/2008 e 300/2008) visando fornecer subsídios para a avaliação de resultados e fiscalização dos programas pela ANEEL. O contrato foi aditivado em 2 de junho de 2015 e o prazo de contratação foi estendido até 31 de dezembro de 2016.

• Em 26 de setembro de 2014 foi contratado o serviço procedimentos acordados sobre os Programas de P&D e Eficiência Energética (Resolução Aneel nº 618/2014) visando fornecer subsídios para a avaliação de resultados e fiscalização dos programas pela ANEEL. O contrato foi aditivado em 2 de junho de 2015 e o prazo de contratação foi estendido até 31 de dezembro de 2016.

O valor total dos honorários contratados para os serviços descritos acima soma R\$ 1.721 mil. A EY não prestou serviços não relacionados à auditoria externa no exercício de 2015.

17 Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às mesmas.

18 Resumo do Relatório Anual do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo (CAUD) é um órgão interno do Conselho de Administração, de caráter permanente, informativo e consultivo, composto por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração e constituído por decisão do próprio Conselho de Administração, que referendou o Regimento do CAUD em 10 de novembro de 2011, determinando os princípios, formas de atuação e o seu regime de funcionamento.

Em 17 de abril de 2013, o Conselho de Administração decidiu alterar o Regimento do CAUD para reforçar suas funções em relação à conformidade aos requisitos legais e práticas de governança aplicáveis, e com a prevenção e correção de condutas ilegais ou fraudulentas.

Com respeito à sua composição, em 2014, o Conselho de Administração decidiu mudar os cargos dos seus membros, nomeando como presidente do CAUD o conselheiro independente da Companhia, Sr. Eduardo Capelastegui, cujo secretário é o Sr. Justo Garzón, Composição mantida atualmente.

Ao CAUD cabe auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da (i) integridade das Demonstrações Financeiras e Controles Internos da Companhia, (ii) conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios, (iii) independência e qualificações do auditor independente externo e (iv) área de Auditoria e Controles Internos da Companhia.

Em 2015, a atuação do CAUD foi focada na avaliação de processos de negócio considerados estratégicos, assim como na eficácia do controle das informações técnicas, econômicas e financeiras disponibilizadas ao mercado, garantindo a exatidão e transparência das mesmas.

Ainda, ao longo do ano, foram realizadas sete reuniões que englobaram, dentre outros assuntos (i) avaliação sobre os Sistemas de Controle e Gestão de Riscos, (ii) análise dos trabalhos e Relatórios emitidos pela Auditoria Externa Ernst & Young Auditores Independentes S.S., (iii) análise do resumo dos trabalhos e/ou relatórios emitidos pela Auditoria Interna e avaliação dos Resultados da Companhia e seguimento dos assuntos mais relevantes da Direção de *Compliance* da Companhia.

Fundamentando-se nas ações diretamente desenvolvidas por este Comitê, bem como na análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório emitido pela Auditoria Independente, em 2015 o CAUD recomendou ao Conselho de Administração, dentro de suas responsabilidades e limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, a aprovação das Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Na avaliação do Comitê, não foram detectadas, durante este período, exceções relevantes que possam impactar os resultados financeiros da Companhia.

Em respeito aos trabalhos de Auditoria Interna, as ações de melhoria identificadas foram endereçadas às instâncias competentes, tendo sido concluídas, em sua maioria, ao longo do ano, sendo que, para 2016, está contemplado no escopo de trabalho do CAUD o acompanhamento das demais ações.

Relatório da Administração 2015

19 Balanço Social

1 - Base de Cálculo	2015 Valor (mil reais)			2014 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	5.578.743			4.774.522		
Resultado operacional (RO)	519.125			635.926		
Folha de pagamento bruta (FPB)	266.812			337.365		

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	33.471	12,54%	0,70%	30.820	9,14%	0,65%
Encargos sociais compulsórios	62.077	23,27%	1,30%	57.396	17,01%	1,20%
Previdência privada	5.812	2,18%	0,12%	5.179	1,54%	0,11%
Saúde	1.440	0,54%	0,03%	1.783	0,53%	0,04%
Segurança e saúde no trabalho	3.839	1,44%	0,08%	4.839	1,43%	0,10%
Educação	309	0,12%	0,01%	26	0,01%	0,00%
Cultura	23	0,01%	0,00%	48	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.405	0,90%	0,05%	2.595	0,77%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	687	0,26%	0,01%	640	0,19%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	30.374	11,38%	0,64%	26.150	7,75%	0,55%
Outros	684	0,26%	0,01%	639	0,19%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	141.122	52,89%	2,53%	130.116	38,57%	2,73%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.271	0,20%	0,03%	955	0,15%	0,02%
Cultura	2.014	0,32%	0,04%	2.025	0,32%	0,04%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	418	0,07%	0,01%	506	0,08%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	436	0,07%	0,01%	7.521	1,18%	0,16%
Total das contribuições para a sociedade	4.139	0,65%	0,09%	11.007	1,73%	0,23%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.440.667	377,51%	50,28%	1.759.614	276,70%	36,85%
Total - Indicadores sociais externos	2.404.806	463,24%	50,37%	1.770.621	278,43%	37,08%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	51.154	8,04%	1,07%	51.630	8,12%	1,08%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	11.852	1,86%	0,25%	18.396	2,89%	0,39%
Total dos investimentos em meio ambiente	63.006	9,91%	1,32%	70.026	11,01%	1,47%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015	2014
Nº de empregados(as) ao final do período	3.713	3.713
Nº de admissões durante o período	336	383
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.524	1.416
Nº de estagiários(as)	51	59
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	564	559
Nº de mulheres que trabalham na empresa	499	481
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17%	16,1%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	718	710
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3%	2,4%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	82	66

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	43,0			47,5		
Número total de acidentes de trabalho	18			39		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 440.620	no Procon 1.596	na Justiça 2.174	na Empresa 511.747	no Procon 1.287	na Justiça 1.609
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 19%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 16%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 4.819.900			Em 2014: 2.548.784		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	78,9% governo 5,2% colaboradores(as) 7,7% acionistas 8,2% financiadores			64,3% governo 8,9% colaboradores(as) 17,2% acionistas 9,6% financiadores		

7 - Outras Informações	2015	2014
Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:	391	341
Desconto total na conta de energia elétrica destinado a organizações sem fins lucrativos (R\$ mil):	10.519	6.798

* Modelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)

Demonstrações Financeiras 2015

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		2.899.505	2.044.225
Caixa e equivalentes de caixa	6	785.146	578.648
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	1.138.256	740.544
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	625.146	503.016
Tributos a compensar	9	81.257	40.579
Subsídios Tarifários	10	232.535	125.113
Outros créditos		37.165	56.325
Não circulante		3.994.556	3.757.767
Parcelamentos de débitos e supridores	7	15.862	28.024
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	323.059	284.019
Tributos a compensar	9	84.060	80.770
Depósitos judiciais	11	111.260	102.081
Tributos diferidos	27	707.771	764.915
Outros créditos		48.631	52.630
Ativo indenizável (concessão)	12.1	907.123	700.242
Ativo intangível	12.2	1.783.296	1.727.147
Imobilizado		13.494	17.939
Total do ativo		6.894.061	5.801.992

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		2.213.407	1.052.387
Fornecedores e supridores de energia elétrica	13	586.330	488.071
Empréstimos e financiamentos	14	287.794	65.459
Debêntures	15	259.061	65.294
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	271.483	171.745
Tributos a recolher	16	222.941	124.072
Encargos do consumidor	10	335.364	7.307
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	98.279	3.365
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	18	60.813	54.330
Obrigações P&D e eficiência energética	19	40.085	26.352
Outros passivos		51.257	46.392
Não circulante		2.718.209	2.529.346
Empréstimos e financiamentos	14	1.364.363	1.092.596
Debêntures	15	817.478	972.502
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	263.822	215.571
Obrigações P&D e eficiência energética	19	17.382	15.346
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21	239.719	219.088
Outros passivos		15.445	14.243
Patrimônio líquido		1.962.445	2.220.259
Capital social	22	952.492	952.492
Reservas de capital		765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422
Dividendos adicionais propostos		72.649	330.463
Total do passivo e patrimônio líquido		6.894.061	5.801.992

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
	Notas	Acumulado 2015	Acumulado 2014
Receitas operacionais líquidas	23	5.578.743	4.774.522
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(4.300.340)	(3.589.077)
Energia comprada para revenda	24	(3.722.094)	(3.012.488)
Custos operacionais	25	(416.041)	(424.755)
Depreciação		(4.105)	(3.083)
Amortização de ativo intangível	12.2	(158.100)	(148.751)
Custo de construção		(368.371)	(295.195)
Lucro operacional bruto		910.032	890.250
Despesas operacionais		(240.800)	(137.596)
Despesas com vendas	25	(22.206)	(16.522)
Despesas gerais e administrativas	25	(78.993)	(73.572)
Outras despesas operacionais líquidas	25	(139.601)	(47.502)
Resultado do serviço		669.232	752.654
Resultado financeiro líquido	26	(150.107)	(116.728)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		519.125	635.926
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	27	(147.946)	(196.896)
Lucro líquido do exercício		371.179	439.030
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		2,00197	2,36793
Ordinária		1,81998	2,15267

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro/legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2013	952.492	765.882	171.422	162.959	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	439.030	—
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos e perdas atuariais líquidos	—	—	—	—	—	1.588
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	—	—	—	—	1.588	(1.588)
Dividendos propostos e pagos	—	—	—	(162.959)	—	—
Dividendos intermediários pagos	—	—	—	—	(12.687)	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(94.108)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(3.360)	—
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	330.463	(330.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	952.492	765.882	171.422	330.463	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	371.179	—
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos e perdas atuariais líquidos	—	—	—	—	—	1.605
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	—	—	—	—	1.605	(1.605)
Dividendos propostos e pagos	—	—	—	(330.463)	—	—
Dividendos intermediários pagos	—	—	—	—	(184.525)	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(115.610)	—
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	72.649	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015	952.492	765.882	171.422	72.649	—	1.962.445

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais)			
	Notas	2015	2014
Lucro líquido do exercício		371.179	439.030
Outros resultados abrangentes do exercício		1.605	1.588
Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas	20.1	43.224	(40.994)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	20.1	(40.792)	43.401
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	27	(827)	(819)
Resultado abrangente do exercício		372.784	440.618

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais)						
	Notas	2015	2014	Notas	2015	2014
Atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício		371.179	439.030			
Itens do lucro líquido que não afetam caixa		686.511	539.257			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	73.767	38.013			
Juros e variações monetárias e cambiais		351.807	215.614			
Depreciações e amortizações		162.205	151.834			
Perda/(ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		18.602	14.199			
Plano de pensão	20.1	2.432	2.407			
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21	44.543	24.817			
Tributos diferidos	27	56.317	62.731			
Marcação a mercado - ativo financeiro	12.1	(74.004)	(11.706)			
Programa de P&D e eficiência energética		45.289	41.128			
Pagamentos baseados em ações		5.553	220			
Variações no ativo e passivo operacional		(400.389)	(847.411)			
Contas a receber		(459.317)	(151.933)			
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	(161.170)	(787.035)			
Tributos a compensar	9	(43.968)	(10.861)			
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014		—	11.363			
Outros créditos		(102.198)	(123.693)			
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil)		(236.507)	(153.532)			
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor		426.316	23.521	</		

→* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro" ou "Companhia"), com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A área de concessão da Companhia é constituída por 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul. A concessão do serviço público de energia se deu pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, com vencimento em 2028, podendo ser prorrogado por no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL.

As principais obrigações previstas no contrato de concessão consistem em fornecer energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 12.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros, para os quais a legislação e a regulação garantem a neutralidade tarifária) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração/depreciação regulatória, perdas e receitas irrecuperáveis). Os mecanismos de ajuste são: o reajuste tarifário anual e a revisão tarifária ordinária a cada quatro anos.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBOvespa.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

A apresentação das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2016, para divulgação na mesma data.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para estas Demonstrações Financeiras.

Em 2015, a Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, procedeu, conforme as orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva nas suas demonstrações do resultado e de valor adicionado, originalmente emitidas em 24 de fevereiro de 2015. Adicionalmente, a Companhia também revisou a alocação de suas despesas operacionais e financeiras pela emissão do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 e sua aplicabilidade à contabilidade societária.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido. Para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

		31/12/2014		
		Divulgado	Reclassificações	Reclassificado
Conciliação da Demonstração de resultados				
Receitas operacionais líquidas				
(a)	4.762.815	(11.707)	4.774.522	
Custo do serviço de energia elétrica e operação				
	(3.558.953)	(30.124)	(3.589.077)	
Custos operacionais				
(b)	(394.631)	(30.124)	(424.755)	
Custo de construção				
	(295.195)	–	(295.195)	
Lucro operacional bruto				
	908.667	(18.417)	890.250	
Despesas operacionais				
	(158.521)	20.925	(137.596)	
Outras despesas operacionais líquidas				
(b)	(68.427)	20.925	(47.502)	
Resultado do serviço				
	750.146	2.508	752.654	
Resultado financeiro líquido				
a)/(b)	(114.220)	(2.508)	(116.728)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
	635.926	–	635.926	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos				
	(196.896)	–	(196.896)	
Lucro líquido do período				
	439.030	–	439.030	

		31/12/2014		
		Divulgado	Reclassificações	Reclassificado
Conciliação da Demonstração do valor adicionado				
Receitas				
	6.449.477	–	6.449.477	
Insumos adquiridos de terceiros				
	(3.878.489)	(9.198)	(3.887.687)	
Serviço de terceiros				
(b)	(117.777)	(30.124)	(147.901)	
Outros custos operacionais				
(b)	(145.036)	20.926	(124.110)	
Valor adicionado bruto				
	2.570.988	(9.198)	2.561.790	
Depreciação e amortização				
	(151.834)	–	(151.834)	
Valor adicionado líquido				
	2.419.154	(9.198)	2.409.956	
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais				
	138.828	–	138.828	
Valor adicionado a distribuir				
	2.557.982	(9.198)	2.548.784	
Distribuição do valor adicionado				
	2.557.982	(9.198)	2.548.784	
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais				
(b)	252.954	(9.198)	243.756	

(a) Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, no montante de R\$ 11.707, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, poderia ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao desempenho, pois:

- Investir em infraestrutura é a atividade precípua do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- O retorno sobre o investimento em infraestrutura no negócio de distribuição é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura, seja a parcela amortizável durante o horizonte do contrato (ativo intangível), seja a parcela indenizável ao seu final (ativo financeiro), mais a taxa de retorno "WACC". Um único ativo físico (a infraestrutura) é o genuíno proporcionalador de retorno às concessionárias;
- Dessa forma, as receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de ambos integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da "Receita Operacional Líquida";
- Tratar as variações do valor justo como receita financeira distorce a análise do desempenho econômico-financeiro dos investimentos empregados nas atividades de distribuição de energia elétrica, principalmente para indicadores de performance.

v. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCP 05 - Contrato de Concessão.

(b) Reclassificação dos gastos com telefonia, *software* e viagens no montante de R\$ 30.124 do grupo de "Outras Despesas Operacionais" para "Serviços de Terceiros" dentro de "Custos Operacionais", e reclassificação de Penalidades Regulatórias no montante de R\$ 9.198 de "Despesa Financeira" para "Despesa Operacional".

3. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

3.1 Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A revisão tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definitiva para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias possibilitou a elevação do WACC (líquido de impostos) de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%.

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Base de Remuneração Regulatória (BRR); Custo de Capital - WACC; Fator X; Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, a qual resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%.

3.2 Revisão Tarifária Extraordinária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, do preço realizado no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a Elektro solicitou ao regulador uma RTE, de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa. A RTE da Elektro foi aprovada em 2 de março de 2015, com índice médio de aumento de 24,25% para seus consumidores.

3.3 Decretos nº 7.891/13, nº 7.945/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14

Em 2013, o Governo Federal dentre outras medidas, emitiu os Decretos nº 7.891 e nº 7.945, que incluíram a possibilidade de repasses de recursos da CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo e cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas.

Em março de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.203, que alterou o Decreto nº 7.891/13. O novo decreto possibilitou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, foi de R\$ 100.161.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR com o objetivo de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), na modalidade por disponibilidade. Além disso, esse Decreto normatizou o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras pelo incremento de custos de energia aos quais estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução nº 612/14 e, em 22 de abril de 2014, o Despacho nº 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologou os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril e 15 de agosto de 2014 foram assinados Contratos de Financiamento da Operação ACR - Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Os custos cobertos por essas operações foram parcialmente suficientes e compreenderam o período de fevereiro a outubro de 2014, no montante de R\$ 963.174, recebido até dezembro de 2014.

Em março de 2015, foi celebrado pela CCEE um novo contrato para a terceira parcela do empréstimo, para cobertura dos custos de novembro e dezembro de 2014. Ainda em março de 2015, através do Despacho ANEEL nº 773/15, a Companhia recebeu o montante de R\$ 54.491 para cobertura dos custos incorridos no período de novembro e dezembro de 2014.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Em 2015, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu reajuste ou Revisão Tarifária, para que a CCEE possa liquidar seu compromisso junto aos bancos. Desta forma, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento na tarifa equivalente a R\$ 26.002 por mês que será repassado à CCEE no período de agosto de 2015 até fevereiro de 2020. Este valor será atualizado para os exercícios posteriores. Até dezembro de 2015, a Companhia realizou pagamentos no montante de R\$ 104.007.

Em julho de 2015, a Associação Brasileira Consumidores de Energia (ABRACE) questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Após a abertura da Audiência Pública nº 057/15, a diretoria da ANEEL em reunião realizada em 25 de setembro de 2015 fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, e as publicou por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967/15 cuja aplicação deveria ser retroativa a 3 de julho de 2015, a fim de dar cumprimento à ordem judicial.

Como esse impacto na arrecadação prevista para o encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes para a CDE de cada distribuidora, e para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a ABRACE ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE o montante de R\$ 2.495 que deixou de ser faturado devido à liminar da ABRACE.

Para a diferença entre o valor original da cota de CDE e o faturado pela empresa até a data de 11 de dezembro de 2015 foi constituído um valor a receber de parcela A, que será contemplada no próximo Reajuste Tarifário de 2016, conforme cláusula prevista no contrato de concessão.

3.4 Contas a Receber Eletrobrás

Conforme Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deve suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas Distribuidoras de Energia Elétrica, a determinadas classes de clientes, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro de seus contratos de concessão. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras ocorre através de repasses operacionalizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Como a Elektro não vinha recebendo da Eletrobrás a integralidade dos repasses dos valores de subsídios, e em contrapartida vinha recolhendo normalmente sua cota mensal à CDE, em 6 de agosto de 2015 a Companhia ingressou em Juízo e obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos devidos à CDE os valores não repassados pela Eletrobrás e já vencidos, o que gerou um benefício de caixa em 2015 no montante de R\$ 211.376.

3.5 Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015. Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Nos meses de janeiro e fevereiro os valores acrescidos pelas bandeiras amarelas e vermelhas foram inicialmente definidos em R\$15/MWh e R\$30/MWh, e a partir de 2 de março foram atualizados para R\$25/MWh e R\$55/MWh, respectivamente. Em 28 de agosto de 2015, foi aprovado pela ANEEL através da Audiência Pública nº 053/15, a redução do valor de bandeira vermelha de R\$ 55/MWh para R\$ 45/MWh a ser aplicada a partir de 1º de setembro de 2015.

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB), cuja função é centralizar o recolhimento dos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias e apurar qual a diferença entre este total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição. De posse dessas informações, é feito um rateio para equalizar entre todos os agentes o efeito desta arrecadação. Em 2015, após rateio da CCRBT o montante a ser recebido

antecipadamente pela Elektro era de R\$ 538.957 via aplicação das Bandeiras Tarifárias, sendo R\$ 557.001 recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensados pelo pagamento à CCRBT no montante de R\$ 18.044.

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias, de maneira complementar a Revisão Tarifária Extraordinária, tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS GERAIS

a. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, torna necessário um exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, segundo avaliação da Elektro, são: registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; custo de energia; vida útil do ativo imobilizado, vida útil da infraestrutura utilizada para cálculo da depreciação regulatória a ser inserida na tarifa e também como base para amortização do intangível; provisão para crédito de liquidação duvidosa; avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias; premissas atuariais do plano de pensão; e provisão do plano de incentivo baseado em ações.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações Financeiras, estão descritas a seguir.

b. Instrumentos Financeiros

A Elektro classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

b.1) Ativos Financeiros

Empréstimos e Recebíveis: O reconhecimento inicial é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva, e por qualquer ajuste por redução do seu valor recuperável e de liquidação duvidosa. A Companhia classifica os saldos de consumidores, parcelamento de débitos e supridores, e os valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros nessa categoria.

Disponíveis para venda: O reconhecimento inicial e subsequente é feito pelo valor justo; a Companhia avalia ao final de cada exercício se houve perda ou ganho no valor recuperável de seus ativos financeiros e, se aplicável, procede com a respectiva contabilização. A Companhia classifica o ativo indenizável referente à concessão nessa categoria (vide nota 12.1).

Mantidos para negociação: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado). A Companhia tem como principais ativos mantidos para negociação os equivalentes de caixa, caução de fundos e depósitos vinculados (vide nota 6).

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", empréstimos e financiamentos ou itens objeto de *hedge*. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e supridores de energia elétrica, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros e outras contas a pagar. Os itens objetos de *hedge* da Companhia são mensurados ao valor justo através do resultado e estão atrelados a derivativos designados como um instrumento de *hedge* efetivo.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, quando sujeitos a juros, os empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira, os ativos e passivos monetários indexados são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas no resultado.

d. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado e se alguma perda for mensurada, será imediatamente reconhecida no resultado. A Companhia verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas que ainda não estavam em vigor no encerramento do exercício:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IFRS 7 Contratos de Serviços (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços (parágrafo B30 e 42C) atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Estabelece que, se o valor das contribuições por empregados ou terceiros for independente da qualidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, ao invés de alocar as contribuições aos períodos de serviço.
IFRS 5 Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que os ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação.

A Companhia não espera impacto relevantes quando essas normas entrarem em vigor.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos registrados nesta categoria, no montante de R\$ 785.146 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 578.648 em 2014) referem-se a títulos de renda fixa (Certificado de Depósito Bancário - CDB e debêntures), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2015 a rentabilidade média estava em 101,14% do CDI (101,57% em 2014). Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento sem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das três Agências de Classificação de Risco (*Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch Rating*) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

7. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2015				31/12/2014			
	até 90 dias	(+ 90 dias	Vencidos	Total	até 90 dias	(+ 90 dias	Vencidos	Total
Fornecimento	364.305	255.770	87.726	707.801	225.599	152.265	26.778	404.642
Outras contas a receber	493.358	17.031	16.309	526.698	381.512	5.193	19.657	406.362
Receita não faturada	390.719	–	–	390.719	318.588	–	–	318.588
Parcelamentos de débitos	81.747	10.967	10.958	103.672	46.049	5.193	19.657	70.899
Supridores	19.004	–	–	19.004	19.004	–	–	19.004
Outros	1.888	6.064	5.351	13.303	(2.129)	–	–	(2.129)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(14.333)	(16.012)	(50.036)	(80.381)	(10.588)	–	(31.848)	(42.436)
Total	843.330	256.789	53.999	1.154.118	596.523	157.458	14.587	768.568
Circulante								

→ * continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

bandeira tarifária referente aos meses de janeiro a maio de 2015; e (ii) R\$ 103.059 (R\$ 36.995 em 2014) registrados como CVA de ESS e CONER passiva referente à devolução dos valores recebidos via CONER para abater o saldo a pagar das distribuidoras no mercado de curto prazo do período de junho a dezembro de 2014 e dos valores recebidos via bandeira tarifária para cobertura desse item também deduzidos dos pagamentos ocorridos.

Os saldos em constituição referem-se à apuração do saldo de CVA para repasse no próximo processo tarifário de acordo com legislação e regras vigentes. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui os seguintes montantes registrados: (i) R\$ 232.137 (R\$ 34.890 como CVA passiva em 2014) referente ao custo de energia de Itaipu decorrente da alta do dólar em 2015; (ii) R\$ 35.642 (R\$ 128.378 em 2014) a devolver devido aos valores recebidos via CONER; e (iii) R\$ 316.315 (R\$ 164.430 como CVA ativa em 2014) decorrente da redução no custo de energia devido ao acréscimo de contratos de cotas em 2015 e dos valores recebidos de bandeiras tarifárias do período de junho a dezembro de 2015.

8.2. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A

Em conformidade ao disposto na Subcláusula Décima da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, a neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior. O total remanescente das diferenças a receber dos consumidores homologado pela Resolução Homologatória nº 1.944 representa um saldo de R\$ 4.195 (R\$ 4.689 como CVA passiva em 2014).

Em julho de 2015, a ABRACE ajuizou uma ação questionando determinados componentes da CDE e obteve uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados, tendo sido fixada pela ANEEL uma nova tarifa para esses clientes, a diferença no faturamento referente à isenção parcial foi compensada através da constituição de neutralidade (vide nota 3.3). Em 31 de dezembro de 2015, o ativo em constituição é de R\$ 52.272 (passivo de R\$ 2.815 em 2014) decorrente da queda de mercado e deverá ser considerado no próximo processo tarifário.

8.3. Sobrecontratação de Energia

O órgão regulador impõe penalidades aos agentes de distribuição que não apresentarem contratos de energia para 100% do seu mercado e permite uma flexibilidade de superar o montante total da energia elétrica contratada de 5% em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. O repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais é permitido desde que esteja dentro dos limites acima.

Diferentemente dos itens de CVA, que considera os custos incorridos no período tarifário, este componente financeiro é calculado com base na exposição ao mercado de curto prazo do ano civil anterior à data do Reajuste Tarifário.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante a receber em amortização de sobrecontratação de energia e submercados é de R\$ 73.507 (R\$ 91.808 em 2014). O saldo em constituição de R\$ 157.605 (R\$ 280.613 em 2014), refere-se aos custos adicionais com exposição involuntária no mercado de curto prazo e diferenças de preços entre submercados no ano de 2015 parcialmente compensados pelo recebimento de bandeiras tarifárias do período de janeiro a dezembro de 2015.

8.4. RTE - Energia Livre

Devido a uma liminar proferida em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal na região da jurisdição federal de Presidente Prudente, que afetou algumas cidades da área de concessão da Elektro e que impedia o faturamento dos adicionais tarifários relacionados à Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) ocorrida após o Programa de Racionamento de 2001/02, naquelas localidades, o período de cobrança foi postergado, tendo início apenas após a recuperação integral das perdas de racionamento pela Elektro. O montante atualizado deste passivo é de R\$ 12.537 (R\$ 11.251 em 2014), e deverá ser homologado nos próximos processos tarifários.

8.5. Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras - TUSD-G

A ANEEL, através de resoluções específicas, determinou a cobrança da TUSD-G das geradoras, para remunerar as instalações, os equipamentos e os componentes da rede de distribuição utilizados para levar a energia aos consumidores conectados à área de concessão da Elektro. A Duke Energy, geradora proprietária da usina de Rosana na área de concessão da Elektro não concordou com os valores calculados pela ANEEL, e por decisão judicial, foi autorizada a realizar o depósito em juízo dos valores cobrados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Elektro mantém contas a receber registrado na rubrica de outros créditos e um saldo a devolver aos consumidores via modicidade tarifária, a partir de quando essa ação judicial se encerrar, no montante de R\$ 35.347.

8.6. Devolução Baixa Renda

Com base nas resoluções normativas vigentes à época, a Elektro registrou ao longo dos anos 2002 a 2004 um passivo financeiro relacionado à subvenção econômica da subclasse Baixa Renda decorrente de diferenças apuradas entre o subsídio cruzado recebido via cobertura tarifária e os descontos efetivamente concedidos aos beneficiários da tarifa de fornecimento de energia elétrica.

Desde a constituição deste passivo financeiro, a Elektro passou por três Revisões Tarifárias Periódicas (RTP), respectivamente em 2007, 2011 e 2015, além dos reajustes anuais, nos quais não houve a captura via tarifa das diferenças apuradas. Desta forma, em dezembro de 2015, com base e amparo legais, a exigibilidade do passivo encontra-se prescrita e de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, o qual define expiração legal de prazo como critério para proceder à baixa contábil, a Companhia realizou o desreconhecimento do montante de R\$ 81.772.

8.7. OBE - Receita Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo

Refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo que até o 3º Ciclo era contabilizado como redutor do ativo intangível e financeiro. Durante o 4º Ciclo esses montantes constituirão um fundo que será amortizado ao longo do Ciclo seguinte. Em 31 de dezembro de 2015 foi registrado um saldo de R\$ 30.582 que compreende o período de março a dezembro de 2015.

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a recuperar	120.254	96.076
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	42.011	25.273
PIS e COFINS a recuperar	3.052	-
Total	165.317	121.349
Ativo circulante	81.257	40.579
Ativo não circulante	84.060	80.770

O saldo de ICMS a recuperar refere-se a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre em no máximo 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

10. SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS E ENCARGOS DO CONSUMIDOR

Em 2015, além do repasse da bandeira tarifária à CCRBT, ocorreu um aumento no valor das cotas do encargo CDE pago pela Companhia para recomposição da conta utilizada nos anos de 2013 e 2014, para neutralizar os impactos do alto custo de energia do mesmo período às distribuidoras. Tal aumento foi objeto de RTE ocorrida em março de 2015 (vide nota 3.2).

A Elektro não vinha recebendo a integridade de repasse dos valores de subsídios da Eletrobrás, em 6 de agosto de 2015, a Companhia obteve liminar permitindo deduzir do total a pagar de cotas CDE o montante não repassado de subsídio, o que gerou um benefício de caixa em 2015 no montante de R\$ 211.376, contudo, para efeitos de divulgação e dado que tal decisão tem caráter liminar, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém registrado no ativo os valores a receber de subsídios no montante de R\$ 232.535 (R\$ 125.113 em 2014) e no passivo do montante total de R\$ 335.364 (R\$ 7.307 em 2014), o valor da obrigação a recolher referente as cotas CDE era de R\$ 333.820 (vide nota 3.4).

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Incidência da COFINS sobre o faturamento	36.660	34.653
Legado "EPC" - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ®	32.390	29.419
Outros processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária	42.210	38.009
	111.260	102.081

(i) Refere-se ao processo descrito na nota 21. O montante de R\$ 36.660 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 34.653 em 2014) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial efetuado em 29 de outubro de 2004 nos autos da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a infraestrutura construída é bifurcada em (i) ativo financeiro indenizável, composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, e (ii) ativo intangível compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão.

Os encargos financeiros de dívida relacionados com a formação da infraestrutura são capitalizados como parte do custo correspondente. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor desses encargos capitalizados à infraestrutura foi de R\$ 8.917 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 14.520 em 2014). Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que ocorrerem.

12.1. Ativo Indenizável (Concessão)

A Administração entende que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão é utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR estimado ao final do prazo contratual da concessão. Em 31 de dezembro de 2015, o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR homologada no 4º Ciclo de Revisão Tarifária. Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado operacional do exercício. Para mensuração do valor de mercado, considera-se como nível hierárquico 2.

Em 25 de agosto de 2015, a Elektro tomou conhecimento por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.944 e Nota Técnica nº 219/2015 - SGT/ANEEL dos valores que seriam considerados na BRR do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, a ser aplicado a partir de agosto de 2015. Desta maneira, a Companhia recalculou o valor do ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão com base na nova BRR, cuja data de corte definida pela ANEEL foi fevereiro de 2015, devidamente movimentada por adições, atualizações e baixas. O novo valor residual gerou um efeito positivo de R\$ 32.647 nos cálculos iniciais, aumentando o ativo financeiro anteriormente contabilizado e incrementando o resultado operacional do exercício.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro apurado a partir da BRR homologada no 4º ciclo é atualizado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA - IBGE, conforme estabelecido pela ANEEL por meio do Proret - Procedimento de Regulação Tarifária, divulgado em 23 de novembro de 2015. O ativo financeiro indenizável decorrente dos investimentos incrementais ocorridos de março a dezembro de 2015 foi atualizado mensalmente por 81,6% da variação do IGP-M. Este percentual foi calculado com base no histórico do último reajuste da base de remuneração o qual a Companhia entende ser a melhor estimativa para reproduzir a metodologia que define o VNR dos investimentos. Esta metodologia será revisada anualmente. Em 2015, o valor correspondente à atualização deste ativo financeiro foi registrado no resultado operacional do exercício (vide nota 2). As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão pela taxa média de depreciação dos ativos de máquinas e equipamentos é classificada como redutora do ativo intangível. A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	Custo		Obrigações especiais		Valor justo		Total
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Saldo em 31 de dezembro de 2013	632.050	590.951	(71.512)	(30.413)	560.538	560.538	560.538
Transferências de ativo intangível	95.394	-	-	-	95.394	-	95.394
Adições	-	-	2.191	-	2.191	-	2.191
Ajustes ao valor justo	-	-	-	11.706	11.706	-	11.706
Saldo em 31 de dezembro de 2014	727.444	700.242	(69.321)	(42.119)	658.123	658.123	658.123
Transferências de ativo intangível	226.175	-	(68.197)	-	157.978	-	157.978
Adições	-	-	(7.373)	-	(7.373)	-	(7.373)
Ajustes ao valor justo	-	-	-	74.862	74.862	-	74.862
Baixas	(17.728)	-	-	(858)	(18.586)	-	(18.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	935.891	907.123	(144.891)	(116.123)	790.900	790.900	790.900

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório no valor de 8,09% a.a. (12,26% antes dos impostos), já incluído na tarifa da Companhia a partir de 27 de agosto de 2015, o qual substitui o anterior de 7,50% a.a. utilizado no 3º Ciclo de Revisão Tarifária. Como esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 23) e arrecadaada pela Companhia, considera-se que o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

12.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em serviço			Em formação			Total
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.213.456	(320.217)	(455.042)	1.438.197	351.709	(81.880)	1.708.026
Adições	-	2.667	-	2.667	363.133	(72.795)	290.338
Baixas	(29.739)	-	-	(29.739)	-	-	(29.739)
Amortização	-	-	(148.751)	(148.751)	-	-	(148.751)
Transferências	164.699	-	-	164.699	(260.093)	(95.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.348.416	(317.550)	(603.793)	1.427.073	454.749	(154.675)	1.727.147
Adições	-	(8.170)	-	(8.170)	415.651	(31.735)	383.916
Baixas	(25.308)	-	-	21.789	(3.519)	-	(3.519)
Amortização	-	-	(158.100)	(158.100)	-	-	(158.100)
Transferências	286.248	(72.552)	-	213.696	(512.424)	140.750	(371.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.609.356	(398.272)	(740.104)	1.470.980	357.976	(45.660)	1.783.296

13. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2015	31/12/2014
Moeda nacional	483.820	449.838
Supridores de energia elétrica	401.253	391.594
Fornecedores de materiais e serviços	82.567	58.244
Moeda estrangeira	102.510	38.233
Supridores de energia elétrica - Itaipu	102.510	38.233
Total	586.330	488.071

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta maior saldo de supridores de energia elétrica devido ao aumento de aproximadamente 46% na tarifa de compra de energia proveniente de Itaipu além do efeito de variação cambial, visto que seu faturamento ocorre em dólar.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda Nacional	31/12/2015	31/12/2014	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
BNDES	581.858	469.954			
Finame SE 2011	3.616	4.341	5,5% a.a. até 15/01/2021	Início: 15/02/2013	
Finem CAPEX 2011/2012	97.903	125.519	3,03% a.a. até 15/12/2019	Início: 15/06/2013	Instrumento de Cessão de Fidejussão
Finem 2013/2014	256.318	196.588	3,08% a.a. até 15/12/2023	Início: 15/01/2016	Fiduciária de Direitos Creditórios
Finem 2015/2016	110.000	-	2,36% a.a. até 15/06/2024	Início: 15/07/2017	
Custos com emissão - BNDES	(1.041)	(300)			
Eletrobrás					
Eletrobras - Luz para Todos ⁽¹⁾	58.144	72.087	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006	
Finep - 2º Ciclo	13.987	20.980	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011	
Finep - 3º Ciclo	4.751	5.939	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013	Carta de Fiança
Finep - 4º Ciclo	15.529	17.993	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015	
Finep - 5º Ciclo	7.802	7.804	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013	
Arrendamento mercantil	14.849	19.003	de 10% a 18% a.a.	Apartir de 2013 ⁽³⁾	
Moeda Estrangeira	1.070.299	688.101			

Banco Europeu de Investimento	506.155	344.320	US\$ + 3.402% a.a.	31/10/2025	Carta de Fiança
Swap Empréstimo BEI	(219.008)	(58.373)	CDI - 0,30% a.a.	31/10/2025	
Cédula de Crédito Bancário via Lei nº 4.131			Libor 3mL +		
Bank of Tokyo	173.841	118.243	0,8457% ⁽⁴⁾	20/06/2018	
Swap Cédula de Crédito Bancário via Lei nº 4.131					
Bank of Tokyo	(31.246)	(17.892)	100,5% do CDI a.a.	20/06/2018	
Cédula de Crédito Bancário via Lei nº 4.131 Citibank	257.217	174.942	0,7782% ⁽⁴⁾	09/01/2018	
Swap Cédula de Crédito Bancário via Lei nº 4.131 Citibank	(68.589)	(23.768)	103,0% do CDI a.a.	09/01/2018	
Cédula de Crédito Bancário via Lei nº 4.131 HSBC	262.428	178.496	0,8500% ⁽⁴⁾	15/06/2016	N/A
Swap Cédula de Crédito Bancário via Lei nº 4.131 HSBC	(111.508)	(27.568)	104,9% do CDI a.a.	15/06/2016	
Cédula de Crédito Bancário Mizuho	234.436	-	1,00% ⁽⁴⁾	16/03/2018	
Swap Cédula de Crédito Bancário Mizuho	(46.026)	-	93,16% do CDI a.a.	16/03/2018	
Cédula de Crédito Bancário Tokyo	136.508	-	0,6900% ⁽⁴⁾	16/03/2018	
Swap Cédula de Crédito Bancário Tokyo	(22.949)	-	94,0% do CDI a.a.	16/03/2018	
Custos com emissão - Moeda Estrangeira	(960)	(299)			
Total	1.652.157	1.158.055			
Circulante	287.794	65.459			
Não circulante	1.364.363	1.092.596			

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a dez contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

⁽⁴⁾ Taxa Libor de 3 meses.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil de longo prazo em 31 de dezembro de 2015 ocorrerão da seguinte forma: R\$ 139.814 em 2017, R\$ 361.937 em 2018, R\$ 524.066 em 2019, R\$ 99.373 em 2020 e R\$ 239.173 após 2020. Ao longo de 2015 foi liberado o montante de R\$ 58.872, referente ao contrato de financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil, firmado em dezembro de 2013 na modalidade FINEM, no montante total de R\$ 348.392, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2013-2014, com prazo de financiamento de 10 anos e carência de 2 anos.

Em fevereiro de 2015, a Companhia alongou por 19 meses o prazo de vencimento do financiamento em moeda estrangeira (via Lei nº 4.131), contratado em junho de 2014 junto ao banco Citibank, no montante de R\$ 150.000. O prazo de vencimento inicial que era junho de 2016 passou para janeiro de 2018 e as taxas de juros foram mantidas as mesmas aplicadas no contrato original.

Em março de 2015, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Companhia contratou duas novas linhas de financiamento no montante total de R\$ 300.470 com o prazo de vencimento de 3 anos, sendo R\$ 187.470 junto ao Banco Mizuho e R\$ 113.000 com o Banco de Tokyo. Os pagamentos dos juros ocorrerão trimestralmente para ambas as contratações, enquanto os pagamentos do principal acontecerão a partir de março de 2017, sendo anual para o Banco Mizuho e trimestral para o Banco de Tokyo, com custo médio final de 93,6% do CDI.

Objetivando neutralizar qualquer

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	31/12/2015	31/12/2014
Programa de Eficiência Energética	0,50%	34.411	23.810
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	21.929	16.646
FNDCT	0,20%	748	829
MME	0,10%	379	413
Total		57.467	41.698
Circulante		40.085	26.352
Não circulante		17.382	15.346

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

20.1. Planos de pensão
A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes características:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro - PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários, foi adotado o método do crédito unitário projetado. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta *superávit* atuarial de R\$ 271.165 em 31 de dezembro de 2015. O *superávit* atuarial não é reconhecido contabilmente, pois o reconhecimento do ativo atuarial é permitido, dentre outros critérios, somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o *superávit* poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 3% em 31 de dezembro de 2015, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum *superávit* atuarial.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano	1.141.219	1.100.106
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura <i>Superávit</i> para planos cobertos	870.054	894.232
Limite de Ativo de Benefício Definido	271.165	205.874
Ativo atuarial líquido	(271.165)	(205.874)
Os valores reconhecidos no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e no resultado abrangente são os seguintes:		

Componentes da despesa do plano	31/12/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	5.615	5.286
Juros sobre as obrigações atuariais	(362)	(309)
Contribuição da patrocinadora	(2.821)	(2.570)
Despesa reconhecida	2.432	2.407
Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes		
(Ganhos)/Perdas atuariais imediatamente reconhecidas	(43.224)	40.994
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido	40.792	(43.401)
Reclassificação imediata para lucros acumulados	2.432	2.407
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes		
Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido	11.709	54.933

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são:

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	2015	2014
Valor das obrigações ao início do período	894.232	803.985
Custo do serviço corrente	5.615	5.286
Juros sobre a obrigação atuarial	103.240	93.601
Contribuições de participantes	3.463	3.038
(Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	22.080	10.945
(Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	(878)
(Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(104.558)	31.075
Benefícios pagos no ano	(54.018)	(52.820)
Valor das obrigações ao final do período	870.054	894.232

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Reconciliação do valor justo dos ativos	2015	2014
Valor justo dos ativos ao início do período	1.100.106	1.026.552
Rendimento esperado no período	128.101	120.618
Ganho/(Perda) atuarial	(39.254)	148
Contribuições de patrocinadora	2.821	2.570
Contribuições de participantes	3.463	3.038
Benefícios pagos no ano	(54.018)	(52.820)
Valor justo dos ativos ao final do período	1.141.219	1.100.106

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2015 e 2014:

Premissas econômico-financeiras e demográficas	2015	2014
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	12,07%	11,90%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	12,07%	11,90%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,63%	8,56%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	5,40%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,40%
Taxa de desconto real para obrigação atuarial	7,24%	6,17%
Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano	7,24%	6,17%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 (1996 US Annuity 2000)	AT 2000 (1996 US Annuity 2000)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Média
Taxa bruta de rotatividade esperada	Experiência Fundação CESP 2013	Experiência Fundação CESP 2013
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira eleg.	100% na primeira eleg.

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo foram determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo e ponderadas para cada categoria de ativos dos planos de benefícios, como renda fixa, variável e imóveis.

Rendimento esperado de longo prazo	2015	2014
Modalidade de investimento	Meta de alocação de ativos	Meta de alocação de ativos
Renda fixa	79,21%	75,98%
Renda variável	10,83%	15,40%
Investimentos imobiliários	5,28%	5,61%
Outros	4,68%	3,01%
Total	100,00%	100,00%

As taxas para desconto da obrigação atuarial são determinadas com base nas taxas de retorno oferecidas pelos títulos do Governo (NTN-B, indexadas ao IPCA), pois apresentam condições consistentes com as obrigações avaliadas.

Conforme requerido pela norma, segue adiante o demonstrativo dos desvios decorrentes do comportamento esperado e efetivo do ativo e passivo atuarial:

Ajustes da experiência de ganhos e perdas	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos do plano	1.141.219	1.100.106	1.026.552	1.109.871	928.324
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	870.054	894.232	803.985	1.076.309	764.730
<i>Superávit</i> (Déficit) do plano	271.165	205.874	222.567	33.562	163.594
Rendimento esperado dos ativos	128.101	120.618	92.878	95.245	102.987
Rendimento efetivo dos ativos	88.847	120.766	(46.504)	216.607	90.227
Ajuste de experiência dos ativos do plano (montante)	(39.254)	148	(139.382)	121.362	(12.760)
Ajuste de experiência dos ativos do plano (%)	-31%	0%	-150%	127%	-12%
Valor presente esperado dos passivos do plano	952.532	853.090	1.145.621	814.668	732.650
Valor presente efetivo dos passivos do plano	870.054	894.232	803.985	1.076.309	764.730
Ajuste de experiência dos passivos do plano (montante)	82.478	(41.142)	341.636	(261.641)	(32.080)
Ajuste de experiência dos passivos do plano (%)	9%	-5%	42%	-24%	-4%
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou contribuições aos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 3.730 (R\$ 3.230 em 2014).					

Hipóteses atuariais significativas

Hipótese	Análise de sensibilidade	Efeito no VPO
Taxa de desconto	1% aumento	(83.141)
Taxa de desconto	1% redução	100.276
Aumento de salário	0,5% aumento	9.041
Aumento de salário	0,5% redução	(8.196)

Mortalidade AT 2000 (1996 US Annuity 2000) expectativa de vida do participante 8,276

O resultado no valor presente das obrigações atuariais foi preparado modificando-se a taxa de desconto e a mortalidade.

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob a denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 560 (R\$ 510 em 2014), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

21. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

Provisão para ações judiciais e regulatórias

As provisões apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2014	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2015
Cíveis e ambientais	124.033	22.817	13.669	(7.553)	(11.157)	141.809
Tributárias	31.925	124	3.454	(135)	(17)	35.351
Trabalhistas	27.788	13.286	4.596	(4.001)	(9.140)	32.529
Desapropriações e servidões	11.742	408	1.590	(4.380)	(55)	9.305
Regulatórias	23.600	5.835	464	(5.631)	(3.543)	20.725
Total das provisões	219.088	42.470	23.773	(21.700)	(23.912)	239.719

As provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias, envolvendo discussões relativas à exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

A Elektro mantém provisão no montante de R\$ 106.963 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 92.673 em 2014) para suportar ações de cobrança movidas por concessionárias de rodovias estaduais. A Companhia é impedida de atuar livremente para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermédias e laterais das rodovias, razão pela qual ajuizou duas ações contra Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais. Decisões desfavoráveis foram julgadas em diferentes instâncias, motivo pelo qual os assessores jurídicos da Companhia não alteraram o prognóstico de perda da causa.

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ("EPC") - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 2ª instância que lhe foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 33.773 (R\$ 30.586 em 2014).

Outras provisões tributárias envolvem discussões relativas à exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

Segue demonstrativo dos processos cujo risco de perda é possível e, portanto, não possuem provisões registradas em 31 de dezembro de 2015:

	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias ⁽ⁱ⁾	504.265	444.148
Previdenciárias ⁽ⁱⁱ⁾	89.105	84.726
Cíveis e ambientais	35.040	26.559
Trabalhistas	17.302	14.863
Desapropriação e servidão de passagem	6.790	5.949
	652.502	576.245

(i) Destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido suposto transporte indevido de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o Livro Registro de Auração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela do imposto de renda no FINAM; retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP; compensação de saldo negativo de IRPJ; ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo.

(ii) Refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados.

Adicionalmente, em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro interpôs recurso ao STF sobre a questão e, considerando que o Supremo Tribunal reconhece a repercussão geral da matéria, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso e pelos razoáveis argumentos para reversão da decisão, o atual prognóstico de perda do caso permanece possível.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Quantidade de Ações			Participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

22.1. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 765.882 em 2014) é composto principalmente por: (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440; e (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903.

22.2. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal constituída pela destinação de 5% do valor do lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 a reserva de lucros, somada às demais reservas, superaram 30% do capital social.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 9 de abril de 2015 a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 333.823, referente ao exercício de 2014 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 30 de abril de 2015.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2015, foi aprovada a distribuição aos acionistas de dividendos intermediários no valor de R\$ 184.525, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2015. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em três parcelas dentro do exercício de 2015. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação	Dividendos Intermediários		
	Tipo	Quantidade	R\$ mil
Preferenciais		101.878.293	101.394
Ordinárias		91.880.972	83.131
Total		193.759.265	184.525

Em 27 de outubro de 2015 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 115.610. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação	JCP		
	Tipo	Quantidade	R\$ mil
Preferenciais		101.878.293	63.526
Ordinárias		91.880.972	52.084
Total		193.759.265	115.610

Ao final do exercício de 2015 a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 72.649 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2016 e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Ações em Circulação	Dividendos Propostos		
	Tipo	Quantidade	R\$ mil
Preferenciais		101.878.293	39.920
Ordinárias		91.880.972	32.729
Total		193.759.265	72.649

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

Numerador	2015	2014
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	371.179	439.030
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação ordinária	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,8200	2,1527
10% - Ações preferenciais	0,1820	0,2153
Lucro básico e diluído por ação preferencial	2,0020	2,3679
Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.		

A Companhia possui Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações sem efeito dilutivo, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador Iberdrola, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2015 existem dois contratos em vigor no montante de R\$ 13.748 (R\$ 11.476 em 2014).

23. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita é

—* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas	245.219	111.531
Aplicações financeiras	85.778	59.378
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	78.050	45.970
Atualização monetária e cambial de CVA líquidas	75.732	—
Outras receitas financeiras	12.731	6.183
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7.072)	—
Despesas financeiras	(395.326)	(228.259)
Juros sobre debêntures	(86.753)	(80.698)
Atualizações monetárias e cambiais líquidas	(98.028)	(49.342)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(164.977)	(64.238)
Outras despesas financeiras	(45.568)	(33.981)
Total	(150.107)	(116.728)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia, a partir de janeiro de 2015, está sujeita às implicações introduzidas pela Lei nº 12.973/14 que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT). As alterações trazidas pela referida legislação não acarretaram impactos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	519.125	519.125	635.926	635.926
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	—	10%	—
	(129.757)	(46.721)	(158.958)	(57.233)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Juros sobre o capital próprio	28.902	10.405	23.527	8.470
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(10.877)	(3.505)	(12.566)	(4.231)
Incentivos fiscais e outros	3.092	515	3.670	425
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(108.640)	(39.306)	(144.327)	(52.569)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(67.230)	(24.398)	(98.201)	(35.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(41.410)	(14.908)	(46.126)	(16.606)
Total	(108.640)	(39.306)	(144.327)	(52.569)

Tributos diferidos

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS sobre diferenças temporárias	136.065	113.872	22.193	(14.148)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.329	14.425	12.904	(95)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	71.288	62.473	8.815	5.683
Variação cambial/provisão ganho/perda hedge	26.176	(122)	26.298	(120)
Provisão perda na desativação de ativos	9.430	12.753	(3.323)	10.105
Provisão efeito postergação tarifária	—	20.016	(20.016)	(31.211)
Outras	1.842	4.327	(2.485)	1.490
Benefício fiscal do ágio incorporado - Terraço	73.318	85.165	(11.847)	(13.472)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola	537.410	579.837	(42.427)	(42.427)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs	(39.849)	(14.778)	(24.236)	7.315
Plano de pensão	(827)	(819)	827	819
Leasing	460	362	98	193
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	—	—	—	2.185
Marcação a mercado swap	—	—	—	2.564
Reversão Fiscal Diferimento	—	—	—	5.534
Marcação a mercado do ativo financeiro da concessão	(39.482)	(14.321)	(25.161)	(3.980)
Subtotal	706.944	764.096	(56.317)	(62.732)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	827	819	(827)	(819)
Plano de pensão	827	819	(827)	(819)
Total	707.771	764.915	(57.144)	(63.551)

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2015.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuadas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 31 de dezembro de 2015 é como segue: R\$ 59.117 em 2016, R\$ 58.868 em 2017, R\$ 58.661 em 2018 e R\$ 531.125 de 2019 a 2028. Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

28. PARTES RELACIONADAS

28.1 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador a Iberdrola Brasil S.A.. Foram considerados como partes relacionadas o acionista controlador, entidades sob o controle comum e coligadas que de alguma forma exerçam influências sobre a Companhia.

As transações da Companhia relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	(Ativo/Passivo)		Receitas/(Despesas)		Duração	Indexador
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
COMPRA DE ENERGIA						
Energética Águas da Pedra S.A. ^(a)	1.143	1.043	(12.152)	(11.290)	Dez/2040	IPCA
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. ^(a)	243	222	(2.586)	(2.402)	Dez/2039	IPCA
Goias Sul Geração de Energia Elétrica S.A. - Goiandira ^(a)	86	78	(910)	(846)	Dez/2039	IPCA
Goias Sul Geração de Energia Elétrica S.A. - Nova Aurora ^(a)	64	59	(683)	(634)	Dez/2039	IPCA
Rio PCH I S.A. - Pedra Garrafão ^(a)	45	41	(474)	(440)	Dez/2038	IPCA
Rio PCH I S.A. - Pirapetininga ^(a)	45	41	(474)	(440)	Dez/2038	IPCA
Teles Pires ^(a)	1.760	—	(12.727)	—	Dez/2044	IPCA
UHE Belo Monte ^(a)	330	—	(330)	—	Dez/2044	IPCA
Elektro Comercializadora de Energia Ltda. ^(a)	78	82	(939)	(1.033)	Dez/2017	IGP-M
Total	3.794	1.566	(31.275)	(17.085)		
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS						
Elektro Comercializadora de Energia Ltda. ^(b)	(1)	(29)	356	335	Indeterminado	IGP-M
Iberdrola Brasil S.A. ^(c)	1.000	1.120	(1.000)	(1.120)	Out/2016	IGP-M
Amara Brasil Ltda. ^(d)	546	354	(5.117)	(1.932)	Ago/2018	IPCA
Total	1.515	1.445	(5.761)	(2.717)		

(a) Compra de Energia de Partes Relacionadas, através de leilões regulados para fins de revenda ao consumidor, com preços regulados e aprovados pela ANEEL.

(b) Serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas, calculados com base na estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia.

(c) Serviços diversos de natureza corporativa.

(d) Serviços de operação logística e transporte de materiais.

28.2 Remuneração da administração

A remuneração total da Administração da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 11.566 (R\$ 9.552 em 2014), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 8.783 (R\$ 7.090 em 2014) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós-emprego, no valor de R\$ 2.785 (R\$ 2.462 em 2014). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao Plano de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Elektro no montante de R\$ 13.748 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 11.476 em 2014), registrado em "Outros Passivos" no passivo não circulante.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 20.1).

29. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros.

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2015 a 31 de maio de 2016, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 30 de setembro de 2015 a 31 de janeiro de 2017.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	1.062.768	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E REENCIAMENTO DE RISCOS

A seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 12.1. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobras, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota 14. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira é coberta pela utilização de instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial: *Swap* de moeda, sem nenhum componente de alavancagem.

Os valores de mercado são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas e descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge (hedge accounting)*. Nível hierárquico 2.

A Companhia não apresenta como prática a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª Emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

Demais ativos e passivos financeiros: Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/12/2015			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	785.146	785.146	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	1.154.118	1.154.118	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	948.205	948.205	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	14.658	14.658	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	907.123	907.123	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	3.809.250	3.809.250		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(586.330)	(586.330)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
				Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(567.009)	(567.157)	Custo amortizado	Objeto de <i>Hedge</i>
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira*	(1.569.625)	(1.569.625)	Valor justo	Instrumento de <i>Hedge</i>
Operações de <i>swap</i>	499.326	499.326	Valor justo	Passivos não mensurados a valor justo
Debêntures*	(1.076.539)	(1.120.620)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(14.849)	(14.849)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(535.305)	(535.305)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(3.850.331)	(3.894.560)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual. Nas atividades da Companhia, é considerado risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais passaram a ter seus efeitos neutralizados no resultado financeiro da Companhia, a partir do reconhecimento dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e sempre foram repassados à tarifa, tendo efeitos temporários sobre o caixa (vide Nota 8).

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Variação das taxas de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados no Relatório Focus do Banco Central.

O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2016, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 31 de dezembro de 2015: 14,70%, 6,50% e 6,11% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 7,5% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25%, e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário	Elevação do	Elevação do
			Provável	índice em 25%	índice em 50%
Aplicações Financeiras	775.120	Variação CDI	113.943	142.428	170.914
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(42.175)	Variação CDI	(6.200)	(7.750)	(9.300)
Empréstimo ^(a)	(1.070.299)	Variação CDI	(157.475)	(196.843)	(236.212)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(229.333)	Variação CDI	(33.712)	(42.140)	(50.568)
	(566.687)		(83.444)	(104.305)	(125.166)
Ativo Indenizável ^(b)	907.123	Variação IPCA	58.963	73.704	88.444
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(248.988)	Variação IPCA	(15.213)	(19.016)	(22.820)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(129.428)	Variação IPCA	(7.908)	(9.885)	(11.862)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(427.598)	Variação IPCA	(26.126)	(32.658)	(39.189)
Financiamentos - Finep 5º Ciclo	(7.802)	Variação TJLP	(585)	(731)	(878)
Financiamentos - BNDES	(464.221)	Variação TJLP	(34.817)	(43.521)	(52.225)
Redução (Aumento)			(109.130)	(136.413)	(163.695)

^(a) A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a Companhia possui uma operação de *swap* conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

^(b) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Companhia levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e a variação do IPCA.

Risco de inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de um dia após a data do seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do contas a receber vencido apresentou aumento de R\$ 172.943 quando comparado com 2014. O índice de inadimplência no encerramento do período foi de 4,6%⁽¹⁾ (4,1% em 31 de dezembro de 2014).

Para intensificar a recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativing de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso; e (v) cobrança judicial. Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo novas tecnologias com o objetivo de fornecer outras formas de pagamento aos clientes, como por exemplo, a disponibilidade de pagamento com cartão de débito e parcelamento com cartão de crédito.

⁽¹⁾ Índice calculado com base no valor do contas a receber vencido pela receita de fornecimento de energia bruta.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Alterações na metodologia vigente são amplamente discutidas através do mecanismo de Audiência Pública e contam com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Pelo atual marco regulatório, a contratação de energia pelas distribuidoras ocorre principalmente através de leilões regulados pela ANEEL. Para suprir parte do mercado de 2015 e dos próximos anos, a Elektro participou dos seguintes leilões: (i) 14º Leilão de Energia Existente A-1 ocorrido em

—* continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias,

mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Sua apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas (SP), 19 de fevereiro de 2016



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Adilvo França Júnior

Contador CRC 1BA021419/O-4